

GESTÃO SOCIAL E A DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS RURAIS BRASILEIRAS

SOCIAL MANAGEMENT AND DECENTRALIZATION OF BRAZILIAN RURAL POLICYS

Cyntia Carreiro Boechat¹

Mauro Augusto dos Santos²

RESUMO:

Este artigo aborda o papel da participação da sociedade na formulação de políticas públicas rurais dentro do contexto da nova estratégia do Estado em promover o desenvolvimento sustentável a partir do incentivo à formação e ao reconhecimento de territórios através do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT. Para permitir uma maior compreensão, faremos uma ponte entre o conceito de desenvolvimento rural aqui tratado e os trabalhos recentes apoiados pelo Estado, abordando o surgimento e os fundamentos pressupostos na formação de territórios rurais. O objetivo deste trabalho é o de demonstrar como a participação da sociedade, através de uma rede de cooperação social, pode influenciar o resultado em direção a uma democracia de maior intensidade e à superação de déficits sociais históricos brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Território Rural; Desenvolvimento Rural; Democracia.

ABSTRACT:

This article discusses the role of civil society participation in the formulation of rural policies within the context of the new strategy of the state to promote sustainable development through the stimulation of creation and recognition of territories by the Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT. To allow a better understanding, we will bridge between the concept of rural development and recent work supported by the State, addressing the emergence and foundations assumptions in the formation of rural territories. The objective of this work is to demonstrate how participation in society, through a network of social cooperation can influence the outcome towards a democracy of greater intensity and overcoming historical Brazilian social deficits.

KEYWORDS: Rural Territory; Rural Development; Democracy.

01 – INTRODUÇÃO

Há aproximadamente duas décadas, o meio acadêmico vem colocando em discussão a nova estratégia em torno do estímulo ao desenvolvimento sustentável de territórios a partir da integração entre sociedade civil organizada e o poder público na formulação de políticas públicas direcionadas ao meio rural.

¹ Mestra em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce, MBA em Gerência de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas e graduada em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário Vila Velha. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1797241376209505>.

² Doutor em Demografia e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais, com pós-doutorado em Demografia na Universidade de Lisboa. Professor da Universidade Vale do Rio Doce. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4283145000684078>.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número X Jul-dez 2014	Trabalho 01 Páginas 01-11
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

O discurso de desenvolvimento rural no Brasil vem apoiando-se nos resultados de estudos e de pesquisas mundiais, que se tornaram consensos por agências internacionais de apoio à cooperação e ao progresso, por fundos de financiamento e por organismos multilaterais – como o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), dentre outras. (PERICO, 2009)

No caso brasileiro, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) vem ganhando rápido interesse. Dentro de um contexto de crise econômica, busca-se encontrar respostas autônomas de progresso para os espaços locais, especialmente, no âmbito dos planejadores e dos formuladores de políticas públicas. Para isso, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)³, ligada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e a outros órgãos governamentais em torno das potencialidades normativas do novo aporte. (MDA, 2010)

A estratégia descentralizada de desenvolvimento territorial, proposta pelo governo brasileiro e que se aplica a territórios a partir da articulação de um conjunto de municípios, está referenciada em uma concepção de desenvolvimento, entendida como “[...] eliminação de privações de liberdade, que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”. (SEN, 2007)

Este novo discurso utiliza as relações de poder no espaço, trazendo transformações significativas, através da geração de políticas públicas. Ela mostra o esgotamento do paradigma de intervenção direta do Estado, demonstrando suas limitações para solucionar as condições de desigualdades, de destruição ambiental e da baixa governabilidade no meio rural. Assim, o território é tomado sob uma perspectiva de desenvolvimento, ou seja, uma variável a ser considerada quando se pretende fazer algum tipo de intervenção sobre o espaço e sobre as populações, resultando em alterações do quadro existente. (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004)

³ Sua missão é apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e a integração de políticas públicas.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número X Jul-dez 2014	Trabalho 01 Páginas 01-11
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

Contudo, para acionar e tornar efetivas as relações do Estado central com esses organismos locais tornou-se necessário criar uma nova unidade de referência, que passou a ser o território⁴. Conseqüentemente, as ações de intervenção decorrentes deste deslocamento passaram a se denominar desenvolvimento territorial. (SCHNEIDER, 2004)

Para Shneider (2004), ganham destaque as iniciativas como: a descentralização das políticas públicas, a valorização da participação dos atores da sociedade civil (especialmente, ONGs e os próprios beneficiários) e a redefinição do papel das instituições. Também cresce a importância das esferas infranacionais do poder público, principalmente, as prefeituras locais e os atores da sociedade civil.

02 – ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

No século XX, a noção de “desenvolvimento”, apesar de antiga, ganhou espaço relativo e forma teórica. Baseadas nos postulados do *laissez faire*⁵, as teorias sobre desenvolvimento econômico contribuíram para a formulação e a implantação de projetos desvinculados da diversidade econômica, social e política dos territórios rurais, apoiados pela SDT/MDA. (MENDONÇA; ORTEGA, 2004)

A partir de experiências específicas, ocorridas, sobretudo, a partir da década de 1970, difundiu-se, em nível internacional, o novo paradigma de desenvolvimento, associado ao processo de “globalização” e baseado em uma forma de organização da economia e da sociedade mais flexível e descentralizada. Na década de 1980, surgiram proposições de mudanças, apoiadas em iniciativas de descentralização administrativa. Tratava-se de políticas públicas que valorizavam as estruturas de organização dos governos locais e uma maior participação da sociedade. (MENDONÇA; ORTEGA, 2004, p. 4-5)

Segundo Mendonça e Ortega (2004), a noção de “desenvolvimento” foi, de certa forma, e em certo período da História, excluída do debate acadêmico e das políticas públicas, voltando a ser objeto de discussão somente no início dos anos

⁴ Para definir territórios predominantemente rurais, consideram-se relevantes os critérios da OCDE (1994), em que o conjunto de municípios, que constitui o território, precisa ter mais de 50% da população residente no meio rural, o qual, nesse caso, é definido como unidades locais com densidade demográfica inferior a 150 hab/km².

⁵ Expressão que representa um princípio defendido pelos economistas mais liberais e que pontua que o Estado deve interferir o menos possível na atividade econômica, deixando que os mecanismos de mercado funcionem livremente.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número X Jul-dez 2014	Trabalho 01 Páginas 01-11
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

1990, de maneira remodelada.

Contrastando com a visão hegemônica liberal, surgiram visões e experiências alternativas de desenvolvimento territorial. Experiências que, mesmo reconhecendo a força desse processo liberalizante “global”, implementaram respostas específicas e intencionais, valorizando as diversidades econômicas, sociais e políticas existentes em seus territórios. [...] Por caminhos teóricos e metodológicos diferentes, pesquisas recentes têm atestado um novo dinamismo do meio rural brasileiro. [...] Independente das diferenças conceituais e teóricas, o fato é que, se até os anos 1980 ainda persistia o esvaziamento demográfico dos campos, a partir dos anos 1990, esse processo vem perdendo força. [...] Uma realidade que pode abrir novas possibilidades para o desenvolvimento dos territórios rurais, mesmo os deprimidos. (MENDONÇA; ORTEGA, 2004, p. 5)

A expressão “agricultura familiar” também ganhou visibilidade na literatura e nas políticas públicas brasileiras a partir de meados da década de 1990. Anteriormente, esse segmento era definido por outros termos: “pequena produção”, “pequena agricultura”, “agricultura de baixa renda” ou até “de subsistência” (ABRAMOVAY, 2003; NAVARRO, 2001).

Abramovay (2003, p. 7) afirma que “o agronegócio é constituído fundamentalmente de agricultores familiares”. Já Navarro (2001, p. 90) ressalta que “a recente condensação de demandas sociais centradas em torno da noção de “agricultura familiar” igualmente tem reforçado esta tendência de reivindicar novos padrões de desenvolvimento rural que incluam mecanismos de repercussão local”.

Vários estudos e fatos, que contrastam tanto a denotação de um julgamento histórico quanto a relação de expressões e de termos ligados ao futuro da produção agropecuária, têm comprovado, de acordo com Mendonça e Ortega (2004, p. 8), que parte “desse segmento de ‘agricultores familiares’, além de apresentar uma participação importante na produção agropecuária brasileira, também tem apresentado uma grande capacidade competitiva”.

Em conformidade com o MDA (2010), a abordagem territorial não pode ser considerada apenas como uma etapa do processo de desenvolvimento sustentável no meio rural. Ela favorece condições para que os atores sociais possam planejar ações futuras.

A adoção da abordagem territorial como referência para estratégia de apoio ao desenvolvimento rural se apoia pelo menos em quatro aspectos: a) o rural é mais do que agrícola, mais que um setor econômico, e as áreas rurais são definidas por suas características espaciais [...]; b) a escala municipal é restrita para o planejamento e a organização dos esforços de

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número X Jul-dez 2014	Trabalho 01 Páginas 01-11
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

promoção do desenvolvimento; c) a escala estadual é bastante ampla para conseguir cuidar da heterogeneidade e das especificidades locais, que devem ser mobilizadas em prol de iniciativas de desenvolvimento [...]; e d) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizados e convertidos em eixo central para a definição de iniciativas orientadas ao desenvolvimento. (PERICO, 2009, p. 28)

Os arranjos institucionais entre os atores do território, a articulação por meio de alianças e de políticas convergentes e a distribuição de competências são ações de responsabilidade dos atores participantes, que também são responsáveis pela direção e pela coordenação do processo, baseando-se no exercício democrático e relacionando-se à comunicação, à informação e aos processos de acompanhamento e de avaliação. (PERICO, 2009)

O enfoque territorial de desenvolvimento, de acordo com Perico (2009), demonstra as muitas dimensões de poder em torno do território. A dimensão econômica envolve benefícios, como a habilidade de articular recursos e de fortalecer as cadeias produtivas locais ou regionais. A dimensão político-institucional abrange as possibilidades de renovação de instituições em busca de uma governabilidade democrática. A dimensão sociocultural, por sua vez, refere-se à igualdade social adquirida com a participação dos cidadãos. Por fim, a dimensão ambiental diz respeito ao meio ambiente com destaque ao princípio da sustentabilidade.

A atenção dada às reflexões, que examinam alternativas favoráveis à democracia, é, em termos da gestão político-administrativa, impulsionada pelo Colegiado Territorial, compreendido como espaço institucional de governança local, realizada por atores, representantes do poder público e das associações civis dos municípios. A autonomia pública desses espaços institucionais e a autonomia privada dos atores que deles participam são discutidas e necessárias a uma democracia de maior intensidade, a qual contribui para um desenvolvimento como liberdade (ROVER, 2007, p. 30).

A compreensão de “desenvolvimento como liberdade”, dada por Sen (2007), é encarada, nos espaços institucionais, enquanto lugar ideal. Para Sen (2007, p. 23), o “desenvolvimento é um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas”, em que a expressão “liberdades substantivas”:

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número X Jul-dez 2014	Trabalho 01 Páginas 01-11
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

[...] incluem, entre outras, capacidades elementares como estar livre da fome crônica, da subnutrição, da morbidez evitável e da morte prematura, bem com as liberdades associadas a: saber ler, escrever e contar; ter participação política, liberdade de expressão, etc. (SEN, 2007, p. 76)

Nas palavras de Sen (2007), a visão do desenvolvimento como ampliação das liberdades substantivas põe o desenvolvimento e a capacidade como termos sinônimos.

A capacidade [capability] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos). (SEN, 2007, p. 95)

Sen (2007, p. 184) verifica ainda o importante papel dos grupos opositoristas organizados. Conforme esse autor, “em uma democracia, o povo tende a conseguir o que exige e, de um modo mais crucial, normalmente, não consegue o que não exige”. A capacidade das organizações sociais, bem como do Colegiado Territorial, como instituição de governança local, serão instrumentos imprescindíveis na busca das condições favoráveis do desenvolvimento local.

A governança local ou a gestão social é compreendida por Rover (2007) enquanto categoria facilitadora da democracia territorial, ao possibilitar condição para que as pessoas, grupos, organizações e instituições sociais participem, juntamente ao governo, da formulação das políticas públicas rurais. Ao se deslocar a gestão das políticas públicas do Estado Nacional para as formas descentralizadas do Estado, de forma conjunta às organizações sociais, estatais e de mercado, amplia-se o espaço dos atores e, apenas por isso, já se revela um maior potencial democrático (ROVER, 2007).

Considerando as políticas públicas em benefício do desenvolvimento de territórios, é muito comum ouvir discursos sobre a mobilização das populações locais para participar do planejamento estratégico participativo, como mecanismo de construção de um desenvolvimento sustentável. Uma das características principais do PRONAT, segundo Amaral Filho (2009), é a busca da valorização da autonomia local ou do princípio integrador de políticas, atores, ações e projetos locais, visando o desenvolvimento de baixo para cima.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número X Jul-dez 2014	Trabalho 01 Páginas 01-11
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

Verifica-se, no entanto, que a busca de alternativas, que promovam a integração das instituições, bem como a valorização do conhecimento local, é relativa, pois, não existe um esforço efetivo de integração dos atores, nem mesmo uma valorização das instituições nos diferentes locais (ROVER, 2007). Embora isso seja recorrente e embora haja limites a sua atuação, o Colegiado Territorial ainda se apresenta uma instância de governança do desenvolvimento local, podendo ser voz de muitos atores territoriais.

03 – A IDENTIDADE E O FORTALECIMENTO DA GESTÃO SOCIAL

As estratégias políticas de desenvolvimento rural, com apoio à agricultura familiar, possibilitam evidenciar a relação de identidade das manifestações culturais e das formas determinantes das estruturas institucionais para a construção do território. É necessário compreender que se parte do espaço enquanto conjunto de elementos e de dimensões que o compõem.

No espaço, são gerados, como produto dos processos históricos, que determinam sua construção, processos de inserção da população, definindo distintas características e expressões populacionais em seus próprios espaços, o que resulta na manifestação do que se denomina “identidade” – também vista como territorialidade. Conforme Perico (2009), o elemento central da reflexão é o fato de a identidade – como expressão de traços diferenciadores e distintivos da população pertencente a um espaço –, converter-se no espírito essencial, básico e estruturante do território. Além de descrever e de caracterizar o território, o mais importante é que a identidade orienta e ordena as estratégias de desenvolvimento, ao definir e ao dar suporte ao caráter das forças motoras, as quais possibilitam avançar na conquista do bem-estar.

A identidade, quando associada ao território no contexto político institucional, expressa-se como territorialidade, que denota o sentimento político, a energia social e a vontade coletiva, que resultam em sentimentos – nacionalista, patriótico, regionalista, amor pela terra e diversas manifestações da força social objetiva. E o reconhecimento e a compreensão desses sentimentos promovem a afirmação de muitas estratégias de desenvolvimento. (PERICO, 2009, p. 10)

A participação social é uma característica que se incorporou aos

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número X Jul-dez 2014	Trabalho 01 Páginas 01-11
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

processos de discussão em torno das formulações de políticas públicas territoriais, sendo considerada elemento fundamental para a democratização da gestão das políticas, aproximando-as do agricultor familiar.

O fortalecimento da gestão social, nessa nova estratégia de desenvolvimento territorial, pressupõe a existência de gestores públicos e de atores sociais capazes de, cooperativamente, planejarem e elaborarem as estratégias de concentração dos agentes privados e públicos em torno de um projeto comum, baseado no enraizamento de um território e na eliminação das barreiras e de constrangimentos.

A gestão social local é, ou deveria ser, um processo de potencialização da descentralização. A representação de interesses, a participação e a autonomia nas decisões, em que não há um poder central, possibilitam alguns questionamentos sobre a descentralização, pois, alguns autores demonstram preocupação quanto aos riscos de perda da universalidade de intervenção do Estado, devido ao favorecimento das demandas dos grupos mais organizados da sociedade.

A descentralização só dará resultados, em termos de ampliação da democracia, se for acompanhada de novas formas de intervenção da sociedade nas decisões públicas (novas institucionalidades), com ampliação da capacidade dos diferentes grupos sociais locais de realizar a intervenção. É nesse contexto, que aparecem as noções de “gestão social” e de “governança”. O aprofundamento da democracia, através da ampliação da participação, não se restringe apenas a níveis menores, descentralizados.

Segundo documentos do MDA (2004), a estratégia de atuação da SDT em prol do desenvolvimento sustentável rural, é apoiar a criação desses espaços de participação popular, identificados como institucionalidades territoriais. Esse espaço é constituído para aproximar o diálogo entre o Estado e a sociedade civil.

Institucionalidades territoriais são espaços (fóruns, conselhos, comissões, comitês, consórcios, articulações e arranjos institucionais diversos) de expressão, de discussão, deliberação e gestão, que congregam a diversidade de atores sociais e cuja atenção é voltada à gestão das políticas e dos processos de desenvolvimento. (BRASIL, 2005, p. 11)

Perico (2009) afirma que o território, por ser uma construção histórica, que integra as dimensões econômica, social, ambiental, institucional e política, expressa

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número X Jul-dez 2014	Trabalho 01 Páginas 01-11
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

identidade ou territorialidades e abrange aspectos constituintes da cultura, tais como: tradições, códigos, ícones e visões de mundo compartilhadas.

[...] São as estruturas econômicas, as redes sociais e as instituições, que refletem, delineiam ou descrevem, com maior nitidez, o caráter do território. [...] Em sua totalidade, a cultura envolve a complexidade que compõe o espaço. Por isso, constitui-se numa dimensão que prepondera na determinação do tipo de desenvolvimento de cada território. (PERICO, 2009, p. 16)

A identidade de cada território delinea ou descreve, com maior clareza, as instituições, as redes sociais e as estruturas econômicas de seu espaço. E, mesmo quando dispõem de iguais condições de incentivo – tais como aportes financeiros, nível tecnológico e acesso aos mercados –, os territórios se diferenciam uns dos outros através de suas características específicas, de suas territorialidades e dos seus próprios sistemas produtivos.

A cultura de cada território, de um modo geral, envolve complexidades. Logo, as características específicas podem determinar o tipo de desenvolvimento territorial. A cultura também motiva os mecanismos de incentivo para a organização social, a inserção política e as possíveis explicações para que as condições subjetivas do desenvolvimento territorial se transformem em alicerce para a promoção do seu objetivo.

Um dos maiores obstáculos para a sobrevivência dos territórios rurais apoiados pela SDT/MDA é a falta do reconhecimento da cultura e das características específicas de cada espaço, o que, em outras palavras, pode ser entendido como a desconsideração de suas territorialidades. Essa tem sido a razão das grandes barreiras para a adesão do agricultor familiar no reconhecimento e na participação para a formação do território rural.

04 – CONCLUSÃO

Neste artigo, preocupou-se em descrever, de forma sintética, a gestão político-administrativa de processos de desenvolvimento rural, através da participação da representação social na formulação de políticas públicas, dentro do contexto da nova estratégia do Estado em promover o desenvolvimento sustentável,

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número X Jul-dez 2014	Trabalho 01 Páginas 01-11
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

a partir do incentivo à formação e ao reconhecimento de territórios, através do PRONAT.

Para além do desempenho econômico da agricultura familiar devem ser reconhecidos também outros aspetos relacionados à diversidade social, cultural e ambiental da região em que se insere o território. A abordagem territorial permite uma maior capacidade de interlocução entre os poderes públicos e os atores sociais mais organizados, comprometidos e sintonizados em torno de projetos de desenvolvimento rural. Essa abordagem também permite uma maior articulação dos diferentes níveis do governo e das organizações da sociedade em torno de objetivos pactuados (BRASIL, 2003).

Espera-se que este artigo contribua para aumentar o interesse por essa nova forma de promoção do desenvolvimento em áreas rurais, desenvolvimento esse que é pautado na promoção, de forma integrada e permanente, da mudança social qualitativa, da melhoria do bem-estar da população dessas regiões através da solidariedade e cidadania comunitária, viabilizando assim meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento auto-sustentável.

05 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E (1999). *Novas Instituições para o desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. Brasília: Convênio FIPE/IPEA.

_____. (2003) Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: *O Futuro das Regiões Rurais*. Porto Alegre: UFRGS. p. 17-56.

AMARAL FILHO, J. (2010). A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. *Planejamento e Políticas Públicas*, No 23 (2001). Disponível em <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>. Acessado em 18 de janeiro de 2010.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário. *Portal da Secretaria de Desenvolvimento Territorial*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?scid=476>>. Acesso em: 3 jun. 2010.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número X Jul-dez 2014	Trabalho 01 Páginas 01-11
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

MENDONÇA, C. N.; ORTEGA, A. C. (2004). *Estratégias de desenvolvimento territorial rural: governo FHC X governo Lula*. Sober, Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/2/792.pdf>. Acessado em 15 de novembro de 2010.

_____. Estratégias de desenvolvimento territorial rural: governo FHC X governo Lula. Sober. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/792.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais: referência para o apoio ao desenvolvimento territorial*. Brasília, SDT, 2004. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/sdt/arquivos/view/manuais-proinf/Manual_Convocat%C3%B3rias_PROINF.pdf%20>. Acesso em: 27 dez. 2010.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: Os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 ago. 2012.

PERICO, Rafael Echeverri (2009). *Identidade e território no Brasil*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

ROVER, Oscar J. (2007). *Redes de poder e governança local: análise da gestão político-administrativa em três fóruns de desenvolvimento com atuação na região Oeste de Santa Catarina/Brasil*. Tese de Doutorado. PGDR/UFRGS.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. (2004). Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Raízes*, Campina Grande, v. 23, n. 2, p. 99-116.

SEN, A. (2007). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das letras.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número X Jul-dez 2014	Trabalho 01 Páginas 01-11
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	